



Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão

Plano de Urbanização de Vila Velha de Ródão



RESUMO NÃO TÉCNICO (Proposta de Alteração do Plano de Urbanização de Vila Velha de Ródão)

- Original -



1. OBJECTO DA AVALIAÇÃO – ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Tendo sido consideradas esgotadas as possibilidades de desenvolvimento industrial no concelho de Vila Velha de Ródão (VVR), e numa estratégia concertada de dinamização económica e de inversão do fenómeno de despovoamento e envelhecimento da população, entendeu-se necessária a introdução de mecanismos legais consentâneos com as políticas de ordenamento do território em curso e implementadas, que permitam, à escala do município, a criação de condições para a instalação de novas unidades de investimento.

O objecto de estudo desta Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), corresponde à proposta de alteração do Plano de Urbanização (PU) em vigor, com o intuito de criar novos espaços destinados à actividade industrial, na parte Norte do perímetro urbano de Vila Velha de Ródão, e permitir a instalação de unidades industriais de tipo 1 ou 2.

Esta alteração passa não só pela ampliação do perímetro urbano, mas também da própria área de intervenção do PU, uma vez que se pretendeu tirar partido das acessibilidades existentes, nomeadamente, um caminho municipal que atravessa a zona

industrial de expansão que se propõe e a actual EN 241.

Assim, a zona que se pretende tornar urbana – de uso industrial – abrangida pelo limite da área de intervenção do PU em vigor, está classificada como Zona de Uso predominantemente Agrícola e Zona de Uso Florestal, enquanto a restante (não abrangida pela área de alteração do PU) está classificada no PDM em vigor como solo rural, Espaços Florestais, subcategoria Floresta.

O âmbito desta proposta de alteração abrange também o Regulamento do Plano, nomeadamente o artigo 39.º.

2. MÉTODO USADO NA AAE DO PU DE VVR

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento preventivo de política de ambiente que permite identificar e avaliar as consequências ambientais de um determinado plano ou programa, na sua fase de elaboração e antes da sua aprovação, através de um modelo procedimental, da participação do público e das entidades com responsabilidades em matérias ambientais.

A AAE pretende influenciar o objecto de avaliação para que este privilegie orientações e medidas que potenciem impactes ambientais positivos, em alternativa a outros que se identifiquem

como causadores de impactes ambientais negativos.

A metodologia adoptada teve em conta os requisitos da Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente, o Decreto Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e as orientações do “Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” (2007) da Agência Portuguesa do Ambiente.

Na primeira fase deste processo (Relatório de Factores Críticos de Decisão - RFCD), foram identificadas as áreas prioritárias, ou Factores Críticos de Decisão (FCD), onde se entende haver maior incidência de situações de oportunidade e risco para o desenvolvimento do concelho e que foram alvo de análise detalhada na fase seguinte da AAE (Relatório Ambiental - RA), permitindo assim, que a componente ambiental seja convenientemente tratada nas estratégias a definir.

A selecção das áreas prioritárias, resultou da convergência entre os principais objectivos do Quadro de Referência Estratégico (QRE), que constitui o macro enquadramento estratégico da AAE – referencial de avaliação, que se traduz em linhas de orientação internacionais e nacionais para o desenvolvimento sustentável, e os Objectivos Estratégicos (OE) da proposta de alteração do PU de Vila Velha de Ródão.

Do cruzamento e análise das relações entre os FCD e os factores ambientais, definidos no Art. 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de

15 de Junho, que são *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico e a paisagem”*, estabeleceu-se o âmbito do estudo, tendo sido definidos 15 indicadores, para os quais foi feita a avaliação, tendo em conta a situação de referência, a análise de tendências de evolução na ausência da expansão da zona industrial, e os impactes resultantes da implementação do plano.

Por fim, e procurando responder ao principal objectivo deste instrumento (AAE), de contribuir para a integração das questões ambientais e de desenvolvimento sustentável durante a concepção e a tomada de decisão e opções estratégicas de desenvolvimento associadas à expansão industrial, foram propostas recomendações para minimização dos riscos e optimização das oportunidades, assim como um plano de monitorização e constituição de um quadro de Governança.

3. SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A caracterização da situação de referência foi feita com base em 15 indicadores das 5 áreas prioritárias identificadas: Ordenamento Território e Desenvolvimento Regional, Competitividade Económica e Ecoeficiência, Recursos Naturais, Governança e Qualidade de Vida.

A situação de referência revelou ser mais frágil nos aspectos sociais e económicos,

nomeadamente nos indicadores estudados: Variação Populacional, Acesso à Educação e Emprego.

O concelho de Vila Velha de Ródão, situado no distrito de Castelo Branco, Beira Interior Sul, é um dos concelhos mais desertificados do país, com uma densidade demográfica de 11,0 hab/km², muita baixa quando comparada com o valor médio de densidade demográfica para Portugal, que é de 115,1 hab/km². No início do século XX, Vila Velha de Ródão quase duplicou a sua população, dada a sua localização estratégica, mas na segunda metade do século, como a maioria dos concelhos do interior, sofreu o fenómeno inverso de forma acentuada.

O fenómeno de decréscimo da população está bastante relacionado, com as ofertas e o acesso à educação e também às ofertas de emprego que os territórios oferecem aos seus habitantes.

Nos restantes aspectos, a situação de referência revelou níveis estáveis, apresentando boas oportunidades de melhoria.

4. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA AAE DO PU DE VVR

O presente estudo pretendeu fazer uma avaliação das alterações resultantes da expansão da zona industrial através das alterações do Plano de Urbanização de Vila Velha de Ródão visando a identificação das principais condicionantes ou implicações ambientais que suscita tal alteração. Pretendeu ainda compreender de que forma

esta alteração se insere no contexto do desenvolvimento regional, evidenciando antecipadamente as incidências ambientais e propondo medidas para potenciar as suas virtualidades e minimizar os seus riscos.

Como síntese conclusiva, espera-se uma evolução tendencialmente positiva da maioria dos indicadores estudados. As tendências esperadas pela implementação deste plano, não serão tendencialmente positivas, nos indicadores mais directamente relacionados com os aspectos ambientais, pelo que é aconselhável a implementação das medidas recomendadas, para a minimização dos efeitos esperados.

Nestes domínios, destacam-se como principais riscos: a alteração do escoamento superficial, a afectação e remoção da camada de solo arável, e o aumento das áreas impermeabilizadas.

Quanto à biodiversidade, não são esperados efeitos negativos directos resultantes da expansão da zona industrial, uma vez que não vão ser intervencionados habitats de nidificação, alimentação ou refúgio de espécies protegidas. A futura actividade industrial pode, no entanto acarretar alguns efeitos e impactes negativos sobre o meio circundante. Devido aos meios naturais presentes na área de expansão do PU é de prever que os sistemas aquáticos, em particular o rio Tejo e os seus afluentes, sejam talvez os elementos mais susceptíveis à eventual contaminação do meio aquático por descargas de efluentes. Outro risco consiste

na alteração da qualidade do ar da região, originada a partir do esperado aumento de tráfego viário e de potenciais emissões atmosféricas de novas unidades industriais.

Os efeitos associados à deterioração do ambiente sonoro e à qualidade do ar, que poderão interferir quer com a biodiversidade, quer com a saúde pública, são cumulativos com a actual indústria instalada, e dependem do tipo de instalação industrial.

Entende-se no entanto, que a opção pela concentração de equipamentos industriais, permite evitar a dispersão deste tipo de actividades no território, sendo esse o actual caso com a ampliação da actual zona industrial para uma área de reduzida importância ecológica. Uma boa e racional ocupação do território pode constituir uma mais-valia para a preservação da biodiversidade, se as actividades humanas forem planeadas e compatibilizadas com os valores naturais.

Já nos aspectos sociais e económicos, onde se detectou a pior situação de referência, as evoluções esperadas pela implementação do plano irão contribuir para o desenvolvimento e dinâmica deste território, sendo que poderão ser potenciadas pelas recomendações de acompanhamento e implementação do plano.

A expansão industrial promoverá o desenvolvimento económico da região, e o aumento da população activa e residente, contrariando assim a tendência observada nas últimas décadas.

Esta dinamização, com o incremento de agentes participativos e massa crítica e criativa tenderá a melhorar os níveis de Governança, a acrescentar ao bom desempenho que tem sido apresentado por parte da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

O envolvimento de todos os actores na procura de um projecto de excelência desde a sua fase de planeamento e estratégia, permitirá potenciar as oportunidades e especificidades da região.

As recomendações apresentadas visam uma evolução positiva e sustentável dos indicadores identificados neste estudo, de forma a otimizar todas as potencialidades e oportunidades do plano de expansão da zona industrial, tendendo ainda a minimizar os eventuais riscos associados.

Assim as orientações para o planeamento e gestão do alargamento da zona industrial de Vila Velha de Ródão, privilegiam o Princípio da Prevenção, recomendando-se uma atitude preventiva e pró activa na resolução dos problemas ambientais, através das opções tomadas aquando da definição da estratégia e posterior implementação, e a aposta num crescimento económico competitivo, de valor acrescentado para a região e para o país.